

4. Estudos, Planos e Projetos Correlacionados

O segundo produto do Termo de Referência N° 171 identificou um número de planos, estudos e projetos relativos à orla dos municípios em questão. Tais documentos provêm de diferentes esferas administrativas e, de uma forma ou de outra, acabam muitas vezes interagindo ou complementando-se.

É importante salientar que esses documentos podem representar oportunidades significativas no tocante a diferentes iniciativas desenvolvidas pelos municípios, pelo setor privado e pela sociedade civil organizada. Assim, esta seção aborda e apresenta cada documento, fazendo, onde possível, uma tentativa de interrelacioná-los.

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>Agenda 21 do Estado de Pernambuco. Pernambuco: SECTMA, 2002. 261p.</p>	<p>A Agenda 21 do Estado de Pernambuco, embora tendo sido a primeira a ser elaborada no território nacional, foi precedida pela Agenda 21 Brasileira, pela Declaração do Milênio e pela Agenda 21 Global (ECO/92).</p> <p>A Agenda 21 Global é, antes de mais nada, uma revisão, uma avaliação, um balanço, uma autocrítica dos compromissos assumidos pelos governos perante a sociedade e, é a partir dessa ótica, que a Agenda 21 Estadual foi formulada com a ampla participação de vários segmentos da sociedade pernambucana, durante um ano de debates nas reuniões do <u>Fórum Estadual da Agenda 21</u>.</p> <p>O principal conceito desse compromisso é o de Desenvolvimento Sustentável. Este conceito está baseado na prudência econômica, eficiência econômica, integração e justiça social, cujos pré-requisitos são a eficiência e o crescimento econômico condicionados à conservação ambiental espaço-temporal e a equidade social.</p> <p>A Agenda 21 Estadual, norteia todo o exercício de planejamento do Estado, devendo se refletir no nível municipal, além de manter um permanente diálogo com a Agenda 21 Brasileira e a Agenda Global.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>Plano de Ação Regional 2000 – 2003, Orçamento Participativo Estadual – Região de Desenvolvimento Mata Sul. Programa Governo nos Municípios. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social – SEPLANDES. Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM. Governo do Estado de Pernambuco. 87p.</p>	<p>O documento se constitui num “momento” do Programa Governo nos Municípios que resulta de uma concepção de gestão descentralizada.</p> <p>Apresenta as propostas prioritárias que resultaram das reuniões preparatórias realizadas no município dos Palmares, entre 30 de novembro e 03 de dezembro de 1999, abordando a região do ponto de vista histórico e cultural. O programa Governo nos Municípios, uma visão estratégica de Pernambuco, a caracterização da RD Mata Sul e uma síntese de investimentos e proposta de implementação do processo.</p> <p>Dentre os temas eleitos para elaboração das propostas prioritárias que chamam a atenção, citam-se os recursos hídricos, as rodovias, a habitação, o saneamento, o desenvolvimento econômico e social, a saúde e a educação.</p>
<p>SEBRAE – Diagnóstico Participativo – Agenda de Ações . Secretaria de Ação Social e Promoção da Cidadania/Prefeitura Municipal de S. José da Coroa Grande. Recife. 2002. 25p.</p>	<p>O documento apresenta as etapas do processo de criação do Fórum Municipal de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, a capacitação, o diagnóstico participativo, as estratégias identificadas, os cenários e a elaboração de Agenda de Ações SEBRAE.</p> <p>A criação do Fórum Municipal de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS em São José da Coroa Grande se deu através de reuniões e encontros com integrantes do Poder Público, representantes de organizações – Associações e Sindicato dos Trabalhadores Rurais – seguidas de encontros abertos aos membros dessas organizações. Vê-se a possibilidade de interagir o comitê gestor do P.O. com o fórum.</p>
<p>SEPLANDES/FIDEM: LITORAL DE PERNAMBUCO – Um Estudo Propositivo. Recife. Novembro de 1999. 76p.</p>	<p>No cumprimento de suas atribuições, a FIDEM, junto com outros atores, elaborou esse Estudo que dá uma abordagem regional às potencialidades do litoral do Estado, enfatizando a quantidade e diversidade do ambiente natural e histórico-cultural e da infra-estrutura existente. Sua relação com o P.O. pode ser considerada indireta, porém dá diretrizes para abordagens regionais, se for o caso, na elaboração do plano de intervenção.</p>

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
SECTMA: Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA – Orientação para Formulários para Apresentação de Projetos. Recife. 1999. 84p.	<p>O documento é um Manual de Orientação para utilização dos recursos do FEMA, que contempla todas as etapas do processo (da Carta-Consulta dirigida ao órgão gestor do fundo - SECTMA - até o acompanhamento e avaliação dos convênios e outros instrumentos legais). A relação entre Fundo / P.O. baseia-se está baseada nas ações que poderão via ser financiadas pelo FEMA. As áreas temáticas consideradas prioritárias no FEMA são o monitoramento e controle ambiental, a preservação e a conservação dos recursos naturais renováveis, a proteção de matas ciliares, saúde e meio ambiente, educação ambiental e divulgação elaboração e implantação da AGENDA 21, entre outras.</p>
PROJETO ORLA: manual de gestão. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 96p.	<p>O documento, juntamente com o seu volume que trata dos fundamentos, leva o postulante a seguir todos os passos até a elaboração do plano de intervenção.</p> <p>O manual constitui um roteiro prático para a aplicação da metodologia desenvolvida pelo MMA e SPU com o objetivo de padronizar as ações de diagnóstico, classificação e formulação de cenários de modo a subsidiar a elaboração do plano de intervenção na orla municipal.</p> <p>A metodologia apresentada está dividida em cinco fases, são elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a <u>Instrumentalização</u> cujo foco é a “organização e integração dos materiais e dados disponíveis sobre o(s) município(s)” bem como propiciar ao usuário “aprofundar os conceitos e fundamentos do Projeto Orla”; • a <u>Aplicação prática</u> quando “são apresentadas as orientações para a elaboração do diagnóstico, classificação e definição de cenários de uso e ocupação da orla do município”; • a <u>Consolidação</u> das informações apreendidas nas fases anteriores; • o <u>Planejamento das Ações Locais</u> que apresenta um “roteiro para a elaboração do Plano de Intervenção”; e • a <u>Implementação</u> que aborda “as principais formas para sua viabilização político-institucionais”.

REFERÊNCIA	COMENTÁRIOS
<p>COMPANHIA PERNAMBUCANA DE MEIO AMBIENTE: Diagnóstico Sócio-Ambiental & ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco. Recife. CPRH. 1999. 91 p.</p>	<p>O documento foi elaborado para subsidiar a implementação do ZEEC da zona costeira de Pernambuco. O mesmo está estruturado em 3 partes, a saber: 1) a caracterização sumária física, social e econômica do Litoral Sul mais a evolução dos núcleos urbanos da área; 2) a síntese do diagnóstico sócio-ambiental na forma de quadros e mapas relativos às potencialidades e limitações, ao uso e ocupação atual do solo e à qualidade ambiental do Litoral Sul; e 3) a proposta de zoneamento do Litoral Sul com mapas e cenários esperados no ano 2010. Os cenários futuros do plano de intervenção do P.O. deve levar em consideração as premissas relacionadas à orla contidas nesse zoneamento, que apesar de ser regional, dá diretrizes para o desenvolvimento local.</p>